

ESCOLARIZAÇÃO E ANALFABETISMO NO BRASIL: ESTUDO DAS MENSAGENS DOS PRESIDENTES DOS ESTADOS DE SÃO PAULO, PARANÁ E RIO GRANDE DO NORTE (1890-1930).

Ana Emília Cordeiro Souto Ferreira
Carlos Henrique de Carvalho

RESUMO

O objetivo desta comunicação é discutir a organização da escola primária, no período da Primeira República (1890–1930), tendo como fontes as mensagens de presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte, bem como em suas respectivas legislações. Nesse sentido, realizamos o mapeamento da constituição do ensino primário em cada estado, sendo este o foco principal da pesquisa concluída em 2013, pois tal estudo possibilitou ampliar as análises em torno do ideário educacional, e à compreensão dos pilares que sustentavam o discurso republicano, ao preconizar a necessidade de estabelecer o ensino primário no país, como forma de promover seu desenvolvimento material e social.

PALAVRAS- CHAVE: Organização, Escola primária, República.

INTRODUÇÃO.

Esta comunicação tem por finalidade discutir a organização da escola primária no período republicano com base em mensagens de presidentes dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte, bem como em suas respectivas legislações, no período 1890–1930. Em termos teórico-metodológicos, o estudo se ancora na história comparada da educação, que possibilita explicar pelo menos em parte as diferenças e convergências de ambientes sociais distintos que deixam entrever semelhanças e diferenças entre os espaços comparados. Por outro lado, convém frisar que a comparação implica buscar tanto as similitudes e permanências quanto as rupturas. As fontes da pesquisa incluíram legislações, relatório e mensagens dos presidentes de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte.

Pela análise dos documentos foi possível identificar um elemento de suma importância, qual seja: houve dissonância entre os princípios externalizados nas mensagens dos presidentes dos três estados em relação à realidade concreta da organização da escola primária; ou seja, não se efetivaram ações capazes de materializar esse horizonte republicano de educação pública. Portanto, a pesquisa revelou como problema central nos três estados a implantação da escola primária e sua institucionalização; isto é, sua materialização, pois na maioria das vezes as escolas eram

criadas, mas não ganharam concretude física. Isso evidenciou que os elementos educacionais do período imperial também continuaram prevalentes ao longo da República velha.

Exemplo disso são as modalidades das escolas isoladas, escola singular, escola distrital, escola rural, escola urbana, escola modelo, escola unitária, escola das primeiras letras, escolas rudimentares. Por outro lado, essas “modalidades” de escolas passaram a conviver, ainda que de forma incipiente, com a forma mais racionalizada da educação primária: os grupos escolares, que colocaram em relevo o movimento de constituição de outra modalidade de escola no período estudado; ao mesmo tempo, apontaram projeto civilizador republicano via educação tendo nos grupos escolares um importante espaço à compreensão da estratégia de intervenção estatal para civilizar as classes populares, como expressam os relatórios dos presidentes de estados.

No entanto, as demais modalidades de escolas acabam por se constituírem em verdadeiras antíteses à tão almejada modernidade educacional, pois revelam e demarcam muito mais a contradição entre o arcaico e o moderno, o campo e a cidade, os grupos escolares e as escolas isoladas e — o principal — a constatação da permanência dessas dimensões nos três estados estudados, mesmo em São Paulo, unidade mais desenvolvida da federação brasileira.

Os primeiros republicanos no Brasil idealizaram a escola como não só regeneradora do país, mas também propulsora do progresso e do desenvolvimento social e econômico. De 1890 a 1893, ampliaram o *corpus* da legislação educacional em São Paulo com leis e decretos para regulamentar a escola pública que se estenderiam a muitos estados até os anos 30. No período 1890–1930, a essa legislação subjazeu a proposta de difundir as escolas primárias em todos os estados. Acompanharam-na não só discursos de políticos-intelectuais e intelectuais-políticos, mas também mensagens de presidentes, dentre outros documentos oficiais que registraram historicamente as reformas educacionais e outras medidas legais; sobretudo, registraram a afirmação da necessidade de escolarizar o povo como forma de fazer o país se desenvolver. Tais documentos ajudam a compor um quadro político-educacional da escola pública primária de estados como São Paulo (SP), Paraná (PR) e Rio Grande do Norte (RN) cujas propriedades gerais e específicas este estudo busca comparar a fim de esclarecer e compreender as similitudes e diferenças relativas à educação em estados de regiões distintas, sobretudo política e economicamente.

Dessa documentação, as mensagens contêm atributos que as tornam úteis à pesquisa histórica no campo da educação: eram uma forma de comunicação “[...] entre o Poder Executivo (e de sua equipe, Secretários de Estado) e o Poder Legislativo”; materializaram o discurso político de cada presidente; acompanhavam relatórios anuais de assuntos de teor político, econômico e social que sugerem ações para desenvolver os estados em longo e curto prazo; contêm descrições, justificativas e avaliações de ações de secretários, balanços, prestação de contas e comparações do âmbito administrativo de um ano para outro etc. Nos balanços apresentados anualmente, expressam uma preocupação em validar a ação do poder público e da respectiva gestão pela apresentação de “[...] dados estatísticos confirmatórios dos resultados [...] quase sempre bem-sucedidos, na perspectiva dos relatórios [...]”; fazem balancetes administrativos da atuação do Poder Executivo sobre ações administrativas do governo sob sua incumbência que “[...] propunham soluções para determinados problemas ressaltados”. Enfim, apresentam uma afirmação do período republicano — isto é, do ideário político, social, econômico e educacional de cada estado — marcado pelo

[...] exercício político de natureza liberal, republicana e federativa, e as Mensagens podem ser compreendidas como referências ao movimento ideativo republicano em seu processo de exercício administrativo, em princípio renovado a cada quatro anos. Dessa maneira, as Mensagens em apreço não são evocativas do passado, uma vez que se tratava de autofirmação do norteamento republicano diante do passado monárquico-constitucionalista referido desde 1824 (data da primeira Constituição brasileira) a fins de 1889.

Com efeito, se as mensagens estão imbricadas pontualmente com questões que retratam o movimento das ideais liberais republicanas, então não evocam o passado porque representavam e explicitavam um futuro (a ser concretizado): uma “[...] utopia [...] e consciência dos problemas brasileiros, de natureza estadual ou federal, ou mesmo municipal, que envolvem a questão política [...]”. Porém — e mais importante —, no caso de SP, PR e RN, deixam entrever o desdobramento de assuntos relativos ao ideário liberal republicano e à federação que criam um campo fértil para se analisá-las comparativamente tendo em vista uma leitura crítica da legislação educacional; para entender facetas da escola primária como analfabetismo, matrícula, aluno, professor, método aplicado e inspeção escolar, as quais apontam a efetivação das proposições legais.

A Constituição de 1891 prescreveu a cada estado a organização da instrução pública primária; e o art. 35 atribuiu ao Congresso o papel de criar de instituições de ensino superior e secundário nos estados e “[...] prover a instrução secundária do

Distrito Federal”, o que o nivelava aos estados-membros. O art. 72 estabeleceu que seria “[...] leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Afora tais prescrições, a Constituição não tratou de nada mais no campo da educação. Para Gonçalves Neto e Carvalho,

[...] no que se refere à educação, essa Constituição é omissa, não avançando para além da definição do caráter leigo do ensino público e da abertura da prática educativa à iniciativa particular. Completando por seu silêncio, com a transmissão aos governos estaduais da responsabilidade por organizar e gerir a instrução pública nos seus territórios.

Se a cada estado cabia organizar sua estrutura nos assuntos de instrução, então se pode ver aí uma descentralização da tomada de decisões relativas à educação. Como diz Primitivo Moacyr, “[...] cada estado deve, a expensas próprias, promover às necessidades do seu governo e administração, só podendo a União, prestar socorros em caso de calamidade pública, quando eles os solicitar”. Mais que isso, tal incumbência teve consequências: ao [...] remeter aos estados a organização e implementação da instrução, o governo central abriu mão de qualquer proposta de formação de um sistema unificado de ensino que viesse a contribuir para o desenvolvimento mais homogêneo da educação nacional”.

Portanto, mais que ser visto como menor ou secundário, o problema da educação foi concebido como inerente ao processo de desenvolvimento político e social dos estados, porque desenvolver assuntos educacionais supõe adentrar o terreno do político, e vice-versa. Reorganizar a educação para reduzir o índice de analfabetismo herdado do Império era vital ao exercício político das ideias liberais nos três estados. A escolarização era um problema sério se considerados os relatórios estatísticos escolares e de recursos direcionados de investimento ao ensino público; mas era só mais outro dos “[...] grandes problemas nacionais”, que “[...] muitos espíritos [foram] transformando no único e grave problema da nacionalidade”.

Com efeito, as mensagens de SP, PR e RN transparecem certa preocupação em ampliar oportunidades de escolarização aos cidadãos e garantir leis e reformas educacionais para alargar o ensino primário, modificado segundo a intencionalidade e necessidade de cada estado; mas sempre restringindo sua função social à erradicação do analfabetismo, em vez de se preocupar com uma educação escolar que fosse o mais completa possível para o aluno. Uma educação tal estava no ideário, afinal — como pensa Moacyr — a educação é componente essencial da formação do cidadão republicano: a nação — a República — cujos poderes públicos têm representatividade mais elevados “[...] vai assenhoreando ao ensino público, como elemento essencial do

seu adiantamento e da sua própria existência. Não há mais um só país civilizado que se desinteresse das questões da instrução como fator poderoso da educação nacional”.

ANALFABETISMO COMO PROBLEMA NACIONAL.

Creemos que a retomada da história do analfabetismo possa ser útil para compreender a gênese das desigualdades regionais na educação segundo o enfoque analítico deste estudo. Essa retomada se vale de dados estatísticos referentes aos índices nacionais e estaduais (SP, PR, RN). A opção pela categoria analítica analfabetismo supõe mais que explorar uma das faces do tema desta pesquisa visíveis nas mensagens dos presidentes, porque se trata de questão implícita no conjunto da legislação daqueles estados. Para Rosa de F. Souza, “[...] esses discursos [as mensagens] cotejados com a legislação oferecem informações relevantes para o desvelamento das transformações institucionais ocorridas no ensino primário paulista no início do século XX”.

Analisado por este prisma, o analfabetismo pode direcionar significativamente a compreensão crítica da estrutura educacional dos estados e do país. O quadro 1, a seguir, apresenta o crescimento da população e o desenvolvimento da educação segundo o número de alfabetizados e analfabetos. Os dados se referem à taxa de analfabetismo na população de 5 anos de idade ou mais segundo censos demográficos. Assim, podemos ir do nível macro ao micro para verificar o desenvolvimento educacional dos estados aqui considerados.

O índice de 82,3% analfabetismo punha o Brasil em posição desconfortável nos fins do século XIX. Mais que isso, fundamenta qualquer esforço em prol da escolarização para sanar o problema. Igualmente, as medidas tomadas pelos estados se justificavam com urgência porque o problema permaneceu incólume nas décadas de 1870 e 80 — as mediadas resultaram em redução de quase 10%. O Gráfico 1 traduz essa tendência secular de índices elevados de analfabetismos entre a população de 5 anos ou mais.

Quadro 1
Evolução do número de analfabetos
no Brasil — 1872, 1890, 1920

CENSO	POPULAÇÃO	
	População na faixa etária 5 anos ou mais	Número de analfabetos
1872	8.854.774	7.290.293 82,3%
1890	12.212.125	10.091.566 82,6%
1920	26.042.442	18.549.085 71,2%



GRÁFICO 1 – Taxa de analfabetismo entre pessoas de 5 anos no Brasil — 1872, 1890 e 1920

Como se pode deduzir, de 1872 ao fim dos anos 20 a taxa de analfabetismo caiu 11 pontos percentuais: de 82,3% em 1872 para 82,6% em 1890 e para 71,2% em 1920. “O primeiro período é de estabilidade da taxa nacional de analfabetismo em nível extremamente elevado, entre 82% e 83% para as pessoas de 5 anos ou mais. Esta situação perdurou com certeza do primeiro até o segundo censo, isto é, de 1872 a 1890.”

Uma interpretação possível — para não dizer óbvia — desses dados é que iniciativas pré-republicanas no setor educacional não foram suficientes para reduzir o analfabetismo nem criar condições convergentes para a redução da taxa pelos republicanos. O quadro 2 apresenta taxas de analfabetismo dentre pessoas de 5 anos de idade: o índice de 69,4% do Censo de 1900 deixa entrever por que há quem critique sua validade para a alfabetização. Ainda assim, seus resultados estão apresentados em documento oficial, por isso cremos que têm de ser tomados como parâmetro para entender e confrontar índices de analfabetismo e alfabetização nos estados, como se lê no gráfico a seguir.

Quadro 2
Analfabetismo entre pessoas de
5 anos de idade (1872–1920)

ANO	%
1872	82,3
1890	82,6
1900	69,4
1920	71,2

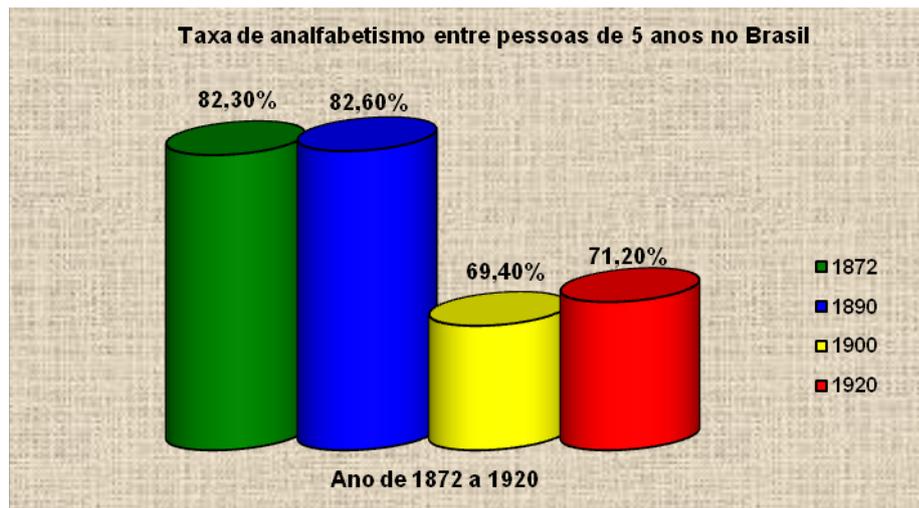


GRÁFICO 2 (Taxa de analfabetismo entre pessoas de 5 anos de idade no Brasil 1872 a 1920).

Os dados dos gráficos 1 e 2 apontam o início, em 1890, de uma queda contínua — mas vagarosa — do índice de analfabetismo que se desdobrou no período republicano. Um olhar mais atento para as taxas permite verificar que absorveram um movimento mais ou menos constante no período 1872–90 e nos anos 20, que evidencia a simultaneidade de duas dinâmicas antagônicas: queda do percentual de analfabetismo e aumento do número absoluto de analfabetos. Nesse caso, os dados do Censo de 1900 são úteis para entender tal dinâmica quando verificamos o Gráfico 2, que segue dados apresentados do quadro 2, incluindo o Censo de 1900. Como explicitou Ferraro, “[...] a taxa de analfabetismo apresenta queda abrupta de cerca de 13 pontos percentuais, na década de 1890–1900”: em 1890, o índice era de 82,6%, conforme apresenta o gráfico; em 1900, caiu para 69,4%; em 1920, foi a 71,2%, o que deixa entrever uma situação atípica numa tendência de longo prazo. Essa queda impõe uma indagação importante: “[...] por que, nas décadas seguintes, isto é, no período que vai do Censo de 1900 a 1920, essa taxa se teria mantido constante e até se elevado um pouco”?

Uma leitura dos dados do Censo de 1920 embasada nos estudos de Ferraro pode esclarecer essas questões. Segundo o documento do Censo de 1920,

De 1872 a 1890 não houve diferença favorável no número relativo dos analfabetos (814 por 1.000 habitantes, em 1872, contra 815, por mil habitantes, em 1890). Pelos elementos apurados em 1900, verifica-se uma redução assaz notável no coeficiente de analfabetismo. Convém insistir, porém que dos censos efetuados no Brasil foi o inquérito de 1900 o mais imperfeito pela deficiência de dados censitários em muitas localidades e até mesmo por completa omissão de vários distritos e não menor número de municípios, conforme assinalam os próprios documentos oficiais.

Esses dados delineiam a distorção que a inclusão do Censo de 1900 provoca na trajetória da taxa de analfabetismo; mais que isso, mostram por que temos de considerar o Censo de 1900 com precaução no quesito alfabetização.

Ainda assim, resta “[...] um problema sem solução, a saber, a definição do ponto exato no tempo em que teria tido início o declínio da taxa de analfabetismo. [...] que em algum momento deve ficar dentro da década de 1890–1900. Portanto, na última década do século XIX”. Também o quadro 3 apresenta o número de alfabetizados e analfabetos de todas as idades, assim como alfabetizados e analfabetos por mil habitantes, nos três estados em estudo no período 1872–1900. Como se pode ver, as distinções ou desigualdades vão assumindo um caráter nitidamente regional.

Em SP, ao aumento da população, sobretudo no período 1900–20, equivaleu o aumento do número de alfabetizados — superior ao populacional. Iguamente nesse período, mesmo com aumento de 87,59% de analfabetos, esse percentual caiu para 70,17% em 1920, ante os 75,27% de 1900. Entre 1872 e 1890, a população total cresceu 65,37%, enquanto a taxa de alfabetizados ficou em 38,60% e a de analfabetos em 70,80%. De 1890 a 1900, a diferença na população total foi de 64,81%, enquanto a taxa de alfabetizados — seguindo linha de análise apresentada antes — foi de 188,45%, ante 44,47% de analfabetos. De 1900 a 1920, a população aumentou em 101,21% em relação aos 142,64% de aumento na população alfabetizada e 87,59% de analfabetos.

Uma leitura da taxa de analfabetismo segundo os dados desse quadro seria que em SP o controle do analfabetismo foi tal que, em termos absolutos, a população alfabetizada de todas as idades em 1920 — 1.369.579 pessoas — correspondia quase à população total do estado em 1890: 1.384.753; o percentual de diferença era de 1,09%. De cada mil pessoas em 1872, 168,6 eram alfabetizadas; em 1920, esse número chegou a 298,24, quando apresenta a participação dos alfabetizados na população de todas as idades.

Enquanto o índice de analfabetos diminuiu em 84,4%, o de alfabetizados aumentou em 176,8% de 1872 a 1920, isto é, em quase meio século. Ao cotejar os números com a taxa de alfabetizados, que era de 176,8%, encontramos percentual médio de crescimento de 3,6% ao ano. Para Costa,

A atenção dispensada ao setor educativo conseguia, pois enfrentar o rápido crescimento populacional. Para melhor se avaliar o rápido crescimento populacional de São Paulo considere-se as informações seguintes: de 1890 a 1900 o ritmo de crescimento da população brasileira igualou-se ao dos Estados Unidos — aumento médio anual de 2% — enquanto neste mesmo período a população paulista apresenta média anual de crescimento de 6,5%.

Quadro 3

Número de alfabetizados e analfabetos de todas as idades em São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte (1872–1920)

	ANO	POPULAÇÃO	ALFABETIZADOS	ANALFABETOS	ALFABETIZADOS <i>Por mil habitantes</i>	ANALFABETOS <i>Por mil habitantes</i>
SP	1872	837.354	141.171	696.183	168.60	831.40
SP	1890	1.384.753	195.665	1.189.088	141.30	858.70
SP	1900	2.282.279	564.392	1.717.887	247.30	752.70
SP	1920	4.592.188	1.369.579	3.222.609	298.24	701.76
PR	1872	126.722	31.824	94.898	251.13	748.87
PR	1890	249.491	46.812	202.679	187.63	812.37
PR	1900	327.136	78.317	248.819	239.40	760.60
PR	1920	685.711	193.199	492.512	281.75	718.25
RN	1872	233.979	39.829	194.150	170.20	829.80
RN	1890	268.273	41.248	227.025	153.76	846.24
RN	1900	274.317	55.924	218.393	203	797.00
RN	1920	537.135	96.415	440.720	179.50	820.50

De 1872 a 1920, a população paulista cresceu 548,4%, enquanto o índice de analfabetismo diminuiu: média de $-15,6\%$; isto é, enquanto o índice de alfabetizados cresceu em 176,8%. Mas a taxa de crescimento do número de analfabetos foi menor do que se verificou entre alfabetizados, com taxa média de $-0,3\%$ ao ano. Os gráficos a seguir traduzem visualmente esses dados de SP, assim como os índices de PR e RN. Uma leitura comparativa do quadro 3 e do Gráfico 3 permite verificar que a taxa anual média de redução de analfabetos de SP entre 1872 e 1920 foi de 1,75%; enquanto a taxa média de crescimento populacional foi de 11,4%, considerando-se números associados por grupos de mil habitantes.

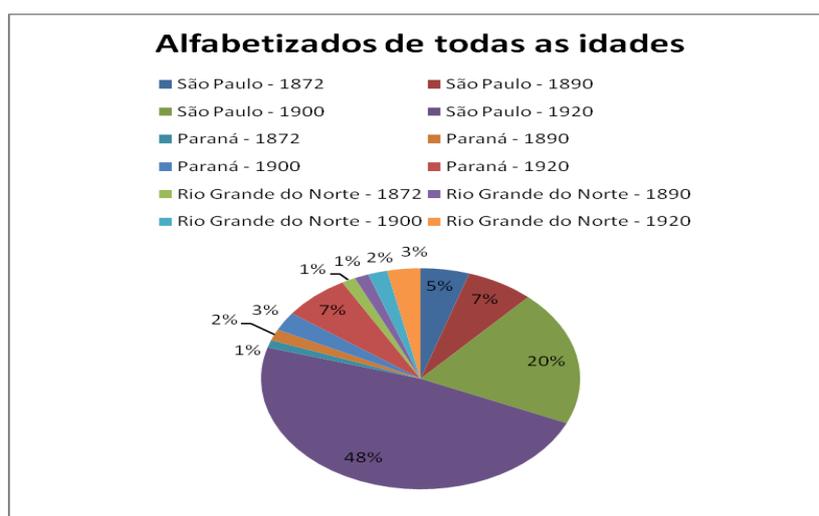


GRÁFICO 3 – Porcentagem do número de alfabetizados de todas as idades em SP, PR e RN (1872–1920)

Esse movimento do analfabetismo de cada estado se aclara ante o coeficiente da população dos demais estados em 1920 segundo o grau de instrução e a idade por mil habitantes — como mostram o quadro 4 e o Gráfico 4, a seguir. Uma leitura dos dados

dos quadros permite concluir que SP obteve o maior coeficiente em números absolutos da instrução da faixa etária 7–14, o maior indicativo de número de alfabetizados: 276 crianças; quando, no PR, foram 256 e, no RN, 124. Os quadros 3 e 4 mostram a população de cada estado em 1920; SP tinha 4.592.188 habitantes, dos quais 961.616 estavam na faixa etária 7–14 anos; logo, 27,6% eram alfabetizados. Outras 724 ficaram sem escolarização, isto é, 72,4% eram analfabetos.

Quadro 4
Coeficientes da população conforme grau de instrução e idade
por mil habitantes — 1920

ESTADO	ANO	ALFABETIZADOS (7–14 anos de idade)	ANALFABETOS (7–14 anos de idade)	TOTAL
SP	1920	276	724	1.000
PR	1920	256	744	1.000
RN	1920	124	876	1.000

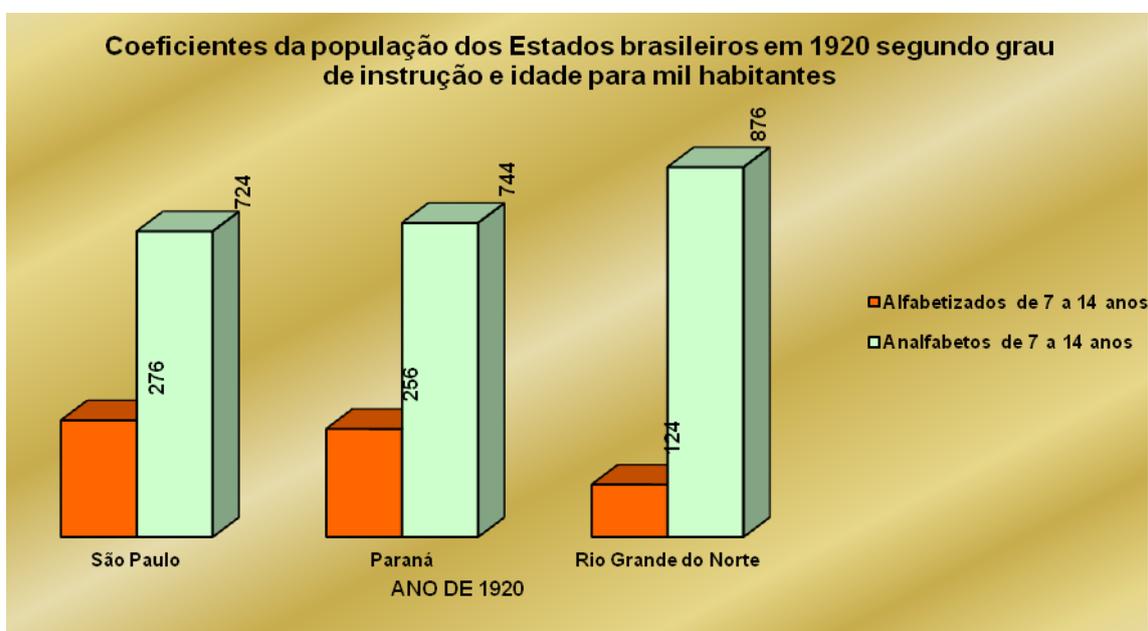


GRÁFICO 4 – Diferenças da população de alfabetizados e analfabetos nos três estados

A comparação de São Paulo com Paraná mostra que na população de 7 a 14 anos de idade de um universo de 685.711 habitantes havia 151.986 alfabetizados; a taxa de analfabetos chegava a 74,4%. A diferença de percentual de um estado para o outro quanto ao número de alfabetizados e analfabetos era de 2%. A população total de SP era numericamente 6,33 vezes maior que a do Paraná. Na comparação de São Paulo com Rio Grande do Norte, o percentual era de 15,2% de alfabetizados. A população total de 7 a 14 anos de idade do Rio Grande do Norte era 111.242. Isso mostra que São Paulo era 8,64 vezes maior que o Rio Grande do Norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

As diferenças que esses estados apresentavam no número de analfabetos permitem supor que ainda necessitavam estruturar mais suas ações e buscar mecanismos que concretizassem, de fato, o que muitos presidentes julgavam concretizar com êxito nos relatórios que as mensagens apresentavam. O Gráfico 4 traduz as desigualdades regionais apresentadas, por exemplo, em diferenças como as dos estados do Sul e Sudeste, que tinham o dobro de alfabetizados a mais que o Rio Grande do Norte. Mais da metade da população de 7 a 14 anos de idade fora excluída da escola nos três estados. Esse quadro exigia que a União e os estados, num movimento de aspiração dos governantes, manifestassem uma luta para expandir e elevar as taxas de alfabetização, adquirindo a consciência necessária à consolidação da instrução educacional e social.

Não por acaso o analfabetismo foi situado e edificado, sob os auspícios de elites políticas e intelectuais, como inimigo a ser vencido pelos presidentes de SP, PR e RN. Reduzi-lo era “[...] vital para a nacionalidade brasileira” — diria Serva. Mas as condições da educação nacional se agravavam dia a dia.

De fato havia estados que se esforçavam em promovê-la; “[...] a maioria das unidades federativas vê piorarem as suas condições financeiras e assim cada dia menos despendia com a cultura da sua população”. Por isso, era chegada a hora de iniciar um período de esforços conscientes para organizar a população, conforme apresentou mensagem do presidente de São Paulo. Segundo o presidente do PR Caetano Munhoz da Rocha, a educação deveria ser ofertada a todos sem distinção. Instruir uns e outros não era diferenciar filhos da pátria cujo lema de igualdade valia a todos. Era instituir privilégios na educação. Era sustentar uma camada de educados e uma classe de ignorantes. E tudo isso era contrário aos preceitos republicanos, por exemplo, àquele que via a instrução como alavanca do progresso.

REFERÊNCIAS.

ARAÚJO, José C. S. Republicanismo e escola primária nas mensagens dos presidentes de estado de Minas Gerais (1891–1930). In: ARAÚJO, José C. S. et al. *Escola primária na Primeira República (1889–1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. *Constituição federal de 1891*. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/Leis1891vIp980/parte-indiceb.pdf#page=7>>. Acesso em: 4 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria geral de estatística. *Recenseamento geral do Brasil 1920*, v. IV, parte 4ª — população. Rio de Janeiro, 1929, p. X–XI. 294, 360, 466. In: FERRARO, 2009.

BRASIL, 1929, p. X–XI (recenseamento de 1900, quadro comparativo das populações dos estados, p. X.)

CARVALHO, M. M. C. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989, 2011.

COSTA, Ana Maria Infantosi. *A escola na República velha*. São Paulo: EDEC, 1983.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Legislação educacional brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

FERRARO, Alceu R. *História inacabada do analfabetismo no Brasil*. São Paul: Cortez, 2009.

GONÇALVES NETO, Wenceslau; CARVALHO, Carlos H. O nascimento da Educação Republicana. Princípios Educacionais Nos Regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) no Final do Século XIX. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (Org.). *História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: ed. UFU, 2005.

MOACYR, Primitivo. *A instrução e a República: reformas Rivadavia e C. Maximiliano (1911–1924)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1942.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na Primeira República*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

SERVA, Mario P. *A educação nacional por Mario Pinto Serva*. Pelotas: Echenique & Comp, 1921.

SÃO PAULO. Congresso Legislativo. *Mensagem do presidente Washington Luis Pereira de Sousa de 14 de julho de 1920*. Disponível em: <<http://www.crl.edu.brazil.br>>. Acesso em: 25 abr. 2010.

SOUZA, Rosa F. de. As escolas públicas paulistas na Primeira República: subsídios para a história comparada da escola primária no Brasil. In: In: ARAUJO, José C. S. et al. *Escola primária na Primeira República (1889–1930): subsídios para uma história comparada*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012.

SCHELBAUER, Analete R. *Idéias que não se realizam: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914*. Maringá: ed. UEM, 1998.

<http://www.crl.edu/brazil/provincial>.